

## **SOBRE OS MÉTODOS DE PESQUISA NAS CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO: PASSOS TEÓRICOS INICIAIS E APROXIMAÇÕES PRÁTICAS PRELIMINARES.**

César Nunes (FE/Paideia/UNICAMP)<sup>1</sup>

Eu sustento que a única finalidade da ciência consiste em buscar aliviar a miséria da existência humana. (Bertold Brecht, 1922).

### **RESUMO**

Estudo descritivo e análise qualitativa das teorias e das práticas de pesquisas em Educação. Abordagem histórica, contextualização filosófica e explicitação epistemológica das principais características das teorias e das metodologias da investigação científica voltadas para a pesquisa sobre a Educação e sobre sua prática social. Didática da pesquisa em Educação, apresentação das etapas e dos passos da investigação científica em Educação. Explicitação das diferentes metodologias da pesquisa em Educação, seus fundamentos epistemológicos e seus condicionamentos políticos. Delimitação dos enfoques teóricos matriciais das abordagens hegemônicas em pesquisa nas Ciências da Educação, suas características e suas singulares disposições institucionais.

**Palavras-Chave:** Educação, Pesquisa, Métodos, Filosofia, Epistemologia.

### **ABSTRACT**

Descriptive study and qualitative analysis of theories and research practices in Education. Historical approach, philosophical contextualization and epistemological explanation of the main characteristics of theories and methodologies of scientific investigation aimed at researching Education and its social practice. Didactics of research in Education, presentation of the steps and steps of scientific research in Education. Explanation of the different methodologies of research in Education, their epistemological foundations and their political conditioning. Delimitation of the matrix theoretical approaches of hegemonic approaches in research in Educational Sciences, their characteristics and their unique institutional dispositions.

**Keywords:** Education, Research, Methods, Philosophy, Epistemology.

---

<sup>1</sup> César Nunes é Livre-Docente em Educação, Professor Titular de Filosofia e Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP, é Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas PAIDEIA e diretor do Instituto Nacional de Pesquisas e Promoção dos Direitos Humanos. Ver <https://ORCID.org/0000-0003-3548-9486>. Email: [cnunes@unicamp.br](mailto:cnunes@unicamp.br)

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio, de natureza descritiva, tem como intenção essencial a proposta de lograr fundamentar, criativa e criteriosamente, algumas reflexões teóricas e disponibilizar algumas possibilidades didáticas sobre a prática da pesquisa no campo das Ciências da Educação. Como intencionalidade comum e participativa aponta as possibilidades de estender essas premissas para a emergente ordenação de pesquisas, com tais características, ao campo da formação de pesquisadores em Educação.

A prática da pesquisa é um trabalho complexo que se define como um processo dinâmico e mutável, não sendo totalmente controlável ou previsível, como quase todas as demais dimensões e as diversas situações que acontecem em nossa vida. A vida é muito mais ousada do que dela podemos perceber, mas temos somente nossa razão e nossa prática política para buscar compreender e decidir intervir em seu percurso. Pesquisar consiste, numa primeira aproximação, em buscar questionar os processos e os acontecimentos de nossa vida, de nosso redor, de nossos interesses e das disposições de nosso existir singular e coletivo. Embora a vida seja dinâmica e dialética, como regra geral, a atitude de pesquisar exige um determinado planejamento e um consequente cuidado, metódico e sistemático, para decifrar as contradições que a realidade esconde ou carrega. Não estamos prontos estaticamente para empreender esse percurso, pois a fidelidade ao dinamismo da realidade exigirá de nós constantes reaproximações e recorrentes cuidados. A vida é maior do que dela podemos ver e entender.

Mas, a história da ciência e da cultura tem mostrado que os planejamentos racionais dessas atividades têm logrado melhor sucesso do que as atitudes espontaneístas. Adotar uma determinada forma de investigação ou definir-se por uma determinada metodologia não configura uma atitude que se possa reduzir a uma voluntariosa opção. Significa escolher um caminho, compreende estabelecer uma intenção prévia, para efetuar um percurso global do espírito. O percurso, muitas vezes, requer ser *re-planejado* e reassumido a cada etapa. Precisamos, então, não somente de regras, que são necessárias, mas sim de muita criatividade, de imaginação e de disciplina intelectual e operacional.

O trabalho científico, propriamente dito, deve ser avaliado, segundo Demo (1991), pela sua *qualidade política* e pela sua *qualidade formal*. A dimensão da *qualidade política* refere-se fundamentalmente aos conteúdos, aos fins e à substância do trabalho científico. Trata-se de compreender que somente pela criticidade e pela organização metódica de nossas investigações alcançaremos os esclarecimentos necessários e possíveis sobre as complexas dimensões da realidade, derivadas da prática social, histórica e contraditória. Já a *Qualidade formal* diz respeito aos meios e às formas usadas ou manejadas na produção do trabalho investigativo e na sua apresentação formal ao universo social e acadêmico. Refere-se ao domínio de técnicas de coleta e de interpretação de dados, ao manejo ou à manipulação de fontes de informação, ao conhecimento demonstrado na apresentação do referencial teórico-metodológico embasador e à apresentação escrita ou oral, em conformidade com os cânones e as praxes determinadas pelos ritos acadêmicos.

Há sempre duas ordens, numa consideração mais geral sobre a dialética da pesquisa, a serem criteriosamente integradas, a *ordem da investigação*, que se configura num conjunto de procedimentos e de pressuposições, de atividades e de escolhas, na direção de planejar e de realizar a pesquisa, e a *ordem da exposição*, que se estabelece a partir das possibilidades de registro, de apresentação formal e de explicitação do caminho percorrido, bem como das contradições e dos resultados aferidos ou constatados. A ordem da investigação é a *ordem da ida*, se tomarmos sempre a fecunda metáfora da viagem, e a ordem da exposição é o *caminho da volta*, na mesma adução em questão, para esse Odisseu que investiga e narra.

Alguns atributos pessoais são desejáveis para que se considere o perfil de um criterioso pesquisador ou pesquisadora. Para Gil (1999), um pesquisador atento e sensível necessita, além do conhecimento do assunto, ter em si algumas características estruturais consequentes, a saber: expressar *curiosidade*, *criatividade*, *integridade intelectual* e *sensibilidade social*. Cada uma dessas premissas daria um tratado, mas não é o caso. São igualmente importantes, como premissas éticas e atitudes estéticas iniciantes, o cultivo da *humildade* para se desenvolver uma atitude autocorretiva, para se condensar uma imaginação

disciplinada, para se manter a serenidade e o equilíbrio (temperança), sobretudo em momentos de agrura e de aridez, e a *perseverança*, para desenvolver a paciência e a confiança na investigação e na ciência. Não temos outras formas de conhecer o mundo e a nós mesmos senão pelos caminhos e pelas disposições da Ciência, pelo manejo arguto da razão e pela criteriosa análise das práticas sociais presentes e existentes na história. Aristóteles (384-322 a.C.) definiu originariamente as Ciências Humanas e Sociais, que ele nem sabia que haveriam de ser assim denominadas, como ciências *práticas e produtivas*, com destaque para a Ética e a Política. Ou seja, temos a ciência e a política para transformar as condições do mundo, de nós mesmos e das coisas.

*O que é pesquisa, o que se reconhece como a ação de pesquisar?* Esta pergunta pode ser respondida de muitas formas. Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas amplas, de conjunto, de totalidade e de qualidade, de naturezas causais e estruturais, para indagações, questionamentos e perguntas propostas. Significa buscar compreender os encadeamentos causais, relacionais, de múltiplas determinações, que se apresentam sob o estrato da realidade. Minayo (1993, p.23), trilhando por um prisma mais propriamente filosófico, considera a pesquisa como “(...) *a atividade básica das ciências na sua indagação e na descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática-teórica de constante busca, que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre a teoria e os dados da própria realidade*”. Este aspecto de inacabamento da realidade e, igualmente, da pesquisa, é uma premissa fundamental para nosso percurso formativo. Pesquisar significa perguntar, significa buscar entender as causalidades e as contradições que se encontram integrados na pluralidade e na diversidade da realidade.

Demo (1996, p.34) insere a pesquisa como atividade cotidiana considerando-a como uma *atitude*, isto é, uma determinada forma de posicionamento diante do mundo, assim definida como um “*questionamento sistemático-crítico e criativo, mais do que uma intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático*”. O autor define aqui a atitude investigativa como uma atitude permanente

de deciframento das complexas contradições da realidade vivencial, social, cultural e histórica das sociedades humanas. Para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, define-se como um “*processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas, mediante o emprego de procedimentos científicos*”. Vimos aqui que esse autor acentua já uma compreensão de investigação como ciência ou como uma atividade metódica, como pesquisa institucional e não somente como uma atitude cultural ou social.

Portanto, pela pressuposição dessas considerações, a prática da pesquisa pode ser definida como um conjunto de ações institucionais, como uma prática de criteriosas proposições de mediações para encontrar a solução ou a decifração de uma realidade ou de uma parte dessa realidade, considerada como um problema, que tem por base o emprego de procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema, tomado aqui na sua amplitude de sentido, e não se tem à disposição imediata, todas as informações e todos os dados para compreendê-lo, analisá-lo e, eventualmente, solucioná-lo ou encaminhar-lhe possíveis superações. As Ciências Humanas, as Ciências Sociais e, dentre estas, as Ciências da Educação, sempre apresentaram heranças de um determinado *colonialismo epistemológico* que interpretava a realidade de maneira formal, a partir de critérios *empírico-analíticos*, conformando uma tradição positivista de investigação e de produção de ciência. Precisamos ter clareza das contradições da gênese da ciência moderna, no conjunto de fatores causais do projeto de sociedade burguês, marcado por interesses econômicos e ideológicos de natureza capitalista, para não repetir esse colonialismo e nem acentuar sua incúria.

A Filosofia sempre fundamentou a crítica às ciências e a si mesma. A parte da Filosofia que expressa essa crítica define-se como **Epistemologia**, assim explicada pela magistral produção de Gamboa (2012):

A epistemologia é uma palavra que designa a filosofia das ciências, porém com um sentido mais preciso. Não é uma teoria geral do saber ou teoria do conhecimento que seria objeto da gnosiologia, nem é um estudo dos métodos científicos que seria objeto da metodologia, mas é parte da filosofia que se ocupa

especialmente do estudo crítico da ciência em seu detalhamento prático, isto é, da ciência como produto e como processo; nesse sentido, é um estudo fundamentalmente *a posteriori*. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012, p. 29).

Ao buscar realizar a compreensão de seu mundo, a partir de seu contexto, cada ser humano renova a atitude que marca a identidade da condição humana, a de agir sobre o mundo material que o circunscreve e de constituir seu próprio ser, neste mesmo mundo. Não somos prontos e acabados, cada ser humano renova em si, em sua existência, a necessidade ontológica de fazer-se pessoa, de constituir-se humano.

## AS DEFINIÇÕES BASILARES DAS PESQUISAS

Para começo de conversa buscaremos apresentar as definições mais comuns reconhecidas e vigentes sobre a suposta identidade das atividades de pesquisas. São exigentes as condições de categorização e de tipologização das pesquisas e das atividades de pesquisas. Sempre se requer um pensamento criterioso e uma visão de mundo dialética, para não cairmos nos engessamentos de sentidos e reprodução tecnicista de tais tipologias.

No tocante à **natureza** da pesquisa, estas podem ser divididas em duas categorias: A **Pesquisa Quantitativa**, que considera tudo o que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e as informações, seja para classificá-las ou para analisá-las. Essas atividades requerem sempre o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, modus, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.). Na relação paradigmática da Epistemologia, - a relação Sujeito e Objeto -, podemos considerar que nas pesquisas de natureza quantitativa prevalece uma compreensão absolutizante do *dado*, do *objeto*, quase sempre fetichizado e determinado. Essa tem sido a tradição epistemológica dominante nas Ciências Exatas e nas Ciências Biológicas e, igualmente, tem se tornado uma volumosa tradição epistemológica nas Ciências Humanas e Sociais. A Educação, campo multi e interdisciplinar, tem registrado essas contradições.

Já a **Pesquisa Qualitativa** considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, pressupõe que haja um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade própria do sujeito investigativo, que não pode ser reduzido somente a critérios formais e estatísticos; para esta abordagem a ação de pesquisar demanda contextualização, análise, interpretação, articulação, crítica, entendimento, releituras etc. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são atitudes básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não significa que se prescindam de métodos e de técnicas estatísticas, mas sim que tais técnicas são ressignificadas a partir de referências de natureza qualitativa. O ambiente natural e a sociedade são as fontes diretas para a coleta de dados, e o pesquisador define-se como protagonista ou como o instrumento-chave. Nas pesquisas qualitativas prevalece uma atuação e define-se uma apropriação autoral do pesquisador, de seus interesses e de seus procedimentos.

Embora tenhamos a intenção de propor bases preliminares da pesquisa não poderemos deixar de registrar o cuidadoso lembrete de Gamboa (2017), que alerta para o cuidado de não fixarmos uma assintótica disposição entre estudos quantitativos e qualitativos, de modo generalista e ingênuo. A *visão de mundo* que busca superar tais reducionismos radica-se na concepção de mundo crítico-dialética:

Essa perspectiva de articulação dos métodos quantitativos e qualitativos é fornecida amplamente pelo materialismo histórico. Segundo Marx, a quantidade e a qualidade formam uma unidade de contrários, por exemplo: as mercadorias são, ao mesmo tempo, quantidade e qualidade. (...) A base ontológica dessa unidade encontra-se na mesma realidade que está constituída de dimensões quantitativas e qualitativas que, no devir dos fenômenos, em permanente transformação, essas duas determinações se modificam mutuamente, ou seja, “as modificações quantitativas, além de certo ponto, se transformam em modificações qualitativas” (1998, p.335). Essas transformações das mudanças quantitativas e qualitativas são consideradas, no marxismo, como uma das leis básicas do método do materialismo histórico. Todo fenômeno que é objeto do conhecimento, revela múltiplas determinações e dimensões, razão pela qual não pode ser separado no processo do conhecimento dos referidos fenômenos. (SANCHEZ GAMBOA, 2017, p.33-34).



Quanto à dimensão das **fontes**, uma pesquisa pode ser considerada como **Pesquisa Bibliográfica**, quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, de artigos de periódicos e, atualmente, de material disponibilizado nas redes de comunicação digitais e eletrônicas. Trata-se de **Pesquisa Documental**, quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico amplo e demorado, tais como fontes primárias. Define-se como **Pesquisa Experimental**: quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de suposto controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. O **estudo de caso** é uma definição de abrangência. Trata-se do acompanhamento de uma determinada experiência. Considera-se ainda a **Pesquisa Participante**, quando se desenvolve a partir da interação entre pesquisadores e os membros das situações investigadas. A categorização das pesquisas necessita ser definida a partir de uma premissa de intencionalidade que a corrobora, garantidas as articulações coerentes entre a visão de mundo (ontologia) e os referenciais teórico-metodológicos articulados. Não há uma tipologia única para tais definições, há sempre necessidade de explicitar as diversas variantes semiológicas que condensam tais investigações.

Se partirmos da compreensão de que a Pesquisa é a construção de conhecimento original, de acordo com certas exigências científicas, para que seu estudo seja considerado *científico* você deve orientar-se por critérios reconhecidamente acadêmicos, tais como: *coerência, consistência, originalidade e objetivação*. É desejável que uma pesquisa científica preencha os seguintes requisitos: a) a existência de uma pergunta que se deseja responder; b) a indicação de fontes e de potencialidades de busca das respostas a este questionamento, c) a elaboração de um conjunto de passos que permitam chegar à resposta, à partir do manejo criterioso de um referencial teórico-metodológico coerente; d) a indicação do grau de confiabilidade na resposta obtida (GOLDEMBERG, 1999, p.106). Não temos a pretensão de aprofundar aqui essa questão, acentuando sua arbitrariedade possível, pois trata-se de um ensaio didático.

O planejamento de uma pesquisa dependerá basicamente de três fases: a **fase de planejamento racional (projeto)**, referente à escolha do tema, à



definição e à delimitação do problema de pesquisa; a **fase construtiva (ação)**, referente aos desdobramentos do plano de pesquisa e à execução da pesquisa propriamente dita; a **fase redacional (protocolar)**: referente à análise dos dados e das informações obtidas na fase construtiva. Esta etapa consiste na organização das idéias de forma sistematizada visando à elaboração do relatório final. A apresentação do **relatório de pesquisa** deverá obedecer às formalidades requeridas pela Academia. Cada uma dessas etapas mereceria um tratamento analítico, interpretativo e didático próprio.

Nessa direção, Pesquisa Científica seria, portanto, a realização concreta de uma investigação planejada e desenvolvida de acordo com as normas consagradas pela metodologia científica reconhecida. A Metodologia Científica deve ser entendida como um conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, que cada pesquisador deve vencer na investigação de um fenômeno. Inclui a escolha do *tema*, o planejamento da investigação, o desenvolvimento metodológico, a coleta e a tabulação de dados, quando for o caso; a análise dos resultados, a elaboração das conclusões e a divulgação de resultados ou das descobertas. Realizar uma pesquisa com rigor científico pressupõe que se escolha um tema e se defina um problema para ser investigado, nos termos que já analisamos, para a definição do que seja *problema científico*, que se elabore um plano de trabalho e, após a execução operacional desse plano, escreva-se um *relatório final* e este seja apresentado de forma planejada, ordenada, lógica e conclusiva. A ação de aprovação científica, que pode ser vista de diferentes formas e níveis, configura o reconhecimento da produção científica e de sua viabilidade ou identidade na prática social.

## **A QUESTÃO DOS MÉTODOS CIENTÍFICOS.**

Como vimos, a investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999, p.26) para que seus objetivos sejam atingidos, e isto se define como a correta exposição do que se define como o fundamento dos métodos científicos. *Método científico* é o conjunto de processos ou de operações intelectuais e materiais, que se devem empregar na investigação,

derivados de determinadas concepções ontológicas, epistemológicas e políticas. É o substrato político, epistemológico e social do pesquisador que se articula à linha de raciocínio e ao conjunto de categorias, de processos e de procedimentos que se estabelecem no conjunto do desenvolvimento da pesquisa. A adoção de um determinado método científico não se dá pela escolha superficial, trata-se de uma integração orgânica entre a visão de mundo, os referenciais teórico-metodológicos e as intencionalidades investigativas, que se articulam e se integram coerentemente, na prática social de um **sujeito** pesquisador e de suas relações com o mundo, a política e a cultura.

A primeira aceção do que se entende por *método* refere-se mais ao quadro teórico, propriamente dito, do que a um determinado modelo *lógico-operacional* de investigação. Vincula-se ao conjunto de princípios, ao universo de categorias, de conceitos e de diretrizes em que um pesquisador se insere ou se integra. Cada um de nós, quanto mais reflexa e amadurecidamente considera sua ação, encontra-se integrado a uma determinada visão de mundo, de homem e de ciência, de sociedade e de cultura, a partir de algumas explicitações de natureza subjetiva, social e política. Cada um de nós vai se engendrando em uma determinada concepção de mundo, que se torna o substrato ontológico de nossas escolhas científicas, éticas e políticas. Esse é o primeiro sentido de método, a *visão de mundo* que nos sustenta, nos engendra, nos baliza e nos fundamenta como pessoas, como cidadãos e, conseqüentemente, como pesquisadores. Essa consciência explícita a orientação geral de nossa ação e se torna um condicionante coerente de nossas escolhas epistemológicas e operacionais. Não há como agregar, num sistema coerente, elementos de universos teóricos e políticos incompatíveis, sob o perigo de patente superficialidade, de sincretismo estéril, de desarticulado ecletismo ou de desfaçatez científica.

De forma sucinta consideremos em que bases lógicas estão pautados tais métodos. A categoria de **método**, aqui expressa, vincula-se à definição clássica da Epistemologia, de ordenação do conjunto de concepções lógicas e procedimentais para a produção das ciências. Primeiramente buscaremos explicitar as características e definições do que se entende por **MÉTODO DEDUTIVO**. Trata-se da definição de Método baseada nas concepções epistemológicas

derivadas de Aristóteles (384-322 a.C.), em sua primeira acepção. Na história da Filosofia atribui-se a Descartes (1596-1650), Spinoza (1632-1677) e Leibniz (1646-1716), para citar os autores basilares, a consolidação dessa forma de sistematizar o pensamento, que pressupõe que somente a *razão*, em algumas afirmações iniciais e inaugurais cartesianas e, mais tarde, nas demonstrações lógicas, *racionais e aplicadas*, a partir de sua formalização categórica, haveria possibilidade de geração do conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas, numa acentuada prática de reducionismo da realidade ao mundo e às dimensões lógicas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínios em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chegar-se-ia a uma plausível e lógica conclusão. Usa-se nessa definição metodológica o recurso do *silogismo*, uma singular construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993). Trata-se da forma de pensar que anuncia as conclusões racionais necessárias a partir das premissas previamente definidas.

Já por **MÉTODOS INDUTIVOS**, proposto pelos empiristas Bacon (1561-1626), Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704) e Hume (1711-1776), no início da Modernidade, para igualmente citar os clássicos, reconhecemos a atitude metódica inversa do pressuposto anterior, que consiste em buscar definir, a partir da observação do particular, leis e determinações de abrangências gerais ou universais. Consideram que o conhecimento é fundamentado na experiência, não levando em conta princípios preestabelecidos. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à elaboração de generalizações, com diferentes disposições e graus (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

Por último expressa-se o **MÉTODOS HIPOTÉTICO-DEDUTIVOS**, que foi proposto por Karl Popper (1902-1994), e que consiste na adoção da seguinte linha de raciocínio: *“(...) quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar as dificuldades expressas no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses formuladas, deduzem-se*

*consequências que deverão ser testadas ou falseadas. Falsear significa tornar falsas as consequências deduzidas das hipóteses. Enquanto no método dedutivo se procura a todo custo confirmar a hipótese, no método hipotético-dedutivo, ao contrário, procuram-se evidências empíricas para derrubá-la” (GIL, 1999, p.30).*

Podemos definir que Popper admite um *racionalismo crítico*, mas ainda assim não considera a produção e a dialética histórica ou a ontologia social das coisas ou das ciências. Para ele a ciência fundamenta-se em pressupostos lógicos e neutros que necessitam ser reconhecidos, sem o concurso da precariedade ou instabilidade que, para ele, são prejudiciais à ciência.

## **UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DO NASCIMENTO DA FILOSOFIA E DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS: O BERÇO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO.**

*“Não existe caminho fácil para a Ciência e, somente tem chance de chegar a seus cumes luminosos os que não temem se cansar escalando suas trilhas escarpadas”. (MARX, Karl, 1873)*

Foram os gregos que definiram a criteriosa organização da razão na direção de conquistar novos e fundamentais conhecimentos sobre a realidade. A Filosofia grega é a originária produção civilizatória de uma metodologia racional de investigação sobre as realidades do mundo, material e social, com suas regras e suas notáveis conquistas, com seus limites e contradições próprias. A atitude grega de buscar encontrar o princípio material constitutivo do mundo, a **arqué** de todas as coisas, inaugura a *atitude científica histórica*. A Filosofia e a Ciência nascem da mesma atitude diante da superação das explicações de natureza descritiva, de fundamentação mitológica ou teocrática, própria das sociedades que se firmaram antes da original e paradigmática experiência política da *polis* ateniense (sec. V a.C). Sobre essa superação já assinalamos em estudos anteriores a diferença entre a Filosofia e Mitologia, notadamente considerando a produção da poesia e da *paideia* homérica:

Os dois grandes poemas homéricos, a *Ilíada* e a *Odisseia*, foram concluídos por volta do século IX a.C. A Guerra de Tróia, tema

central da *Iliada*, aconteceu por volta do século XII a.C, entre 300 a 400 antes de Homero. Esta obra é considerada um marco da civilização ocidental. Trata-se de um relato épico e poético de um acontecimento pré-dórico escrito por um poeta pós-dórico. Esta distância permite identificar inconsistências e erros cronológicos. Homero realiza os relatos, idealiza os motivos, ameniza os conflitos, amortece as dimensões e idealiza os personagens. Homero relata de maneira simbólica e mítica os atos e os movimentos racionais de uma aristocracia emancipada e esclarecida que agia no papel de classe dominante. Esse é o contexto da rica produção mítica. Mitos e deuses expressam conflitos de uma determinada formação social, inscrevendo-se nos mitos e nos relatos fantásticos a dinâmica da vida material e política. (NUNES, Cesar. 2020, p. 05)

A produção da identidade da Filosofia grega deve ser histórica e politicamente bem compreendida. A grande e impactante ação dos filósofos extra atenienses, se consideramos a circunscrição geográfica, ou dos filósofos pré-socráticos, se tomarmos por referência a arquetípica divisão histórica sistematizadora de Aristóteles, desde Thales de Mileto até o momento que antecede a ação dos Sofistas, somente alcançará entendimento se caracterizarmos a temática que os articula e integra: a investigação sobre as diversas causalidades originárias da realidade do mundo material, natural ou físico. São chamados de pré-socráticos, em alusão ao enfrentamento que a figura de Sócrates evoca em Atenas. Perguntam qual é o princípio material constitutivo do mundo, e alinham respostas criteriosas, a partir da observação e da racionalidade, como a *água*, *o ar*, *a terra*, *o fogo*, *o átomo*, *o apeiron* e outras tantas sistematizações.

Com a inauguração de uma nova realidade sócio-histórica, política e econômica, decorrente da superação das monarquias teocráticas (Clístenes, 509 a.C), estava posta a realidade da cidade, da *pólis*, do fenômeno de representação da realidade do mundo inaugurado por uma nova ordenação do espaço, por uma nova representação das forças que movem os homens, que dinamizam a natureza e o mundo, a descoberta racional do onipotente universo político no qual haveria novos espaços para todos:

As construções urbanas não são mais, com efeito, agrupadas como antes em torno do palácio real, cercado de fortificações. A cidade está centralizada na *Ágora*, espaço comum, sede

da *Héstia Koiné*, espaço público, em que são debatidos os problemas de interesse geral. É a própria cidade que se cerca de muralhas, protegendo e delimitando em sua totalidade o grupo humano que a constitui. No local em que se elevava a cidade da realeza – residência privada, privilegiada – ela edifica templos que abre a um culto público. Nas ruínas do palácio, nessa Acrópole que ela consagra doravante a seus deuses, é inda a si mesma que a comunidade projeta sobre o plano do sagrado, assim como se realiza, no plano profano, no espaço da *Ágora*. Esse quadro urbano define efetivamente um espaço mental; descobre um novo horizonte espiritual. Desde que se centraliza na praça pública, a cidade já é, no sentido pleno do termo, uma *polis*. (VERNANT, 1989, p.33)

Deparamo-nos com uma nova realidade política, que define uma nova ontologia, uma nova ciência e uma nova atitude diante de si e do mundo. A primeira etapa da Filosofia é denominada como “período cosmológico” posta que se centraliza na busca de causalidades para o ser do mundo e da natureza. Essa segunda fase da Filosofia grega denominar-se-ia como “período antropológico”, isto é, o período da Filosofia que assume a temática central das Ciências Humanas e Sociais: *quem é o ser humano, quem é o homem, para que dele eu me ocupe, para que eu reconheça sua condição e sua identidade, para que eu defina suas virtudes e identidades?*

Ainda nos orienta o criterioso Vernant (1989):

Advento da *polis*, nascimento da Filosofia: entre as duas ordens de fenômenos os vínculos são demasiados estreitos para que o pensamento racional não apareça, em suas origens, solidário das estruturas sociais e mentais próprias da cidade grega. Assim recolocada na história, a filosofia despoja-se desse caráter de revelação absoluta que às vezes lhe foi atribuído, saudando, na jovem ciência dos jônios, a razão intemporal que veio a encarnar-se no tempo. (...) Quando Aristóteles define o homem como “animal político” sublinha o que separa a Razão grega da de hoje. Se o *homo sapiens* é a seus olhos um *homo politicus*, é que a própria Razão, em sua essência, é política. (...) A razão grega é a que de maneira positiva, refletida, metódica, permite agir sobre os homens, não (unicamente) transformar a natureza. Dentro de seus limites como em suas inovações, é filha da cidade. (VERNANT, 1989, p.94-95)

Nesse sentido histórico e político é que sustentamos a tese, perseguida ao

longo desse ensaio, de que a **pesquisa em Educação**, bem como a investigação sobre as primeiras expressões de identidades ou de direitos humanos não se reduz a uma investigação inventariante dos dispositivos legais cumulativos ou uma efusiva celebração de documentos proclamatórios basilares, também isso, mas sim é uma criteriosa investigação sobre as condições e as identidades da pessoa humana, do agir humano, da ontologia social do homem, em seu percurso histórico, complexo e contraditório. Trata-se de compreender a dialética da investigação sobre a realidade histórica, política e social da condição humana, decifrando seus enleios e ideologias, esclarecendo suas articulações arbitrárias e deterministas, proclamando sempre a originalidade de cada tempo, pessoa e classe social.

O tempo denominado como o *período clássico* da eclosão da Filosofia ateniense (os séculos IV e III a.C.), geralmente marcado pelo elogio de três figuras brilhantes e originais - Sócrates, Platão e Aristóteles – corre o risco de ser muito mal compreendido se não levarmos em conta o contexto em que se deu esse nascimento desafiante e exemplar da razão política. Em estudos já apontados aqui escrevemos:

As revoltas de Corcira, Epidamos, Mégara e Esparta, esta última a protagonista do conflito do Peloponeso, explicariam as causas do enfraquecimento da proposta ateniense e de seu desacerto militar e político no século IV a.C. Tanto Atenas quanto Esparta, em dois séculos de tênue hegemonia, tinham falhado historicamente na tentativa de unificar o mundo helênico. Com a derrota de Atenas em 415 a.C, sendo dominada pelos tebanos, e a posterior queda de Siracusa que, numa dramática expedição naval acaba sendo fragorosamente derrotada, iniciam-se as marcas históricas que explicariam a instabilidade da democracia ateniense. Crimes de guerra e refluxo das instituições, esse é o estado espiritual da Grécia no século IV a.C. O tempo de Sócrates e de Platão é um tempo de tensões, de conflitos, de desagregação social e de refluxos políticos. A destruição de Plateias por Tebas, a agressão de Esparta a Melos em 415 a.C., o assassinato dos prisioneiros atenienses em Siracusa em 413 a.C, e o brutal extermínio imposto pelos espartanos aos mesmos soldados aprisionados em 425 a.C., como consequência direta da derrota no Peloponeso, são fatores que explicariam o esgotamento temporal da frágil democracia ateniense e o retorno ao poder dos Trinta Tiranos, ditadores reacionários que estabeleceram o terror e produziram uma caça aos intelectuais, que atingiu o maior monumento da cultura grega, a prisão e a



brutal condenação de Sócrates, o mais famoso e respeitado dos intelectuais de seu tempo. Esse tempo de terror e de medo coincidia com a devastação moral geral, as estátuas de Hermes apareciam quebradas por vândalos, em diversos cantos da cidade; vê-se aqui e acolá o retorno de cultos da natureza, a importação de cultos como a da deusa Bêndis, da Trácia, e Cibele, da Anatólia, o abandono dos jogos olímpicos, a histeria da cura pelo culto de Asclépio. Anaxágoras foge de Atenas, Sócrates, fiel a seu discurso, permanece. Cumpridor de seus deveres para com a cidade, soldado exemplar, preceptor público, resiste aos tempos obscuros. Até o fim, até à morte! (NUNES, Cesar. 2020, p.18)

Consideramos que a aproximação contextual que buscamos fazer, ao buscar descrever as condições históricas políticas do nascimento da Filosofia na *pólis* ateniense, seja suficiente para reconhecer que a Filosofia, a Educação como *paideia*, e a temática dos Direitos Humanos guardam berços comuns, acalentam projetos similares e comungam contradições conjuntas e singulares. Importa-nos reconhecer que são próximas, pois a Filosofia emergente consubstanciava toda a novidade da investigação sobre a condição humana. Assim, buscamos em Boneti (2018) a síntese preciosa desta configuração temporal e temática, quando define que:

A denominação - *direitos humanos* - carrega consigo uma interpretação ampla, às vezes, até mesmo complexa. Pode ser interpretada, como em grande parte o é, como um direito institucional, legal, jurídico em relação às condições da vida humana. Mas, para além dessa noção institucional do Direito, a temática dos Direitos Humanos requer algo mais – a própria interpretação do verdadeiro significado do ser humano. É aqui onde se encontra a maior complexidade, envolvendo diferentes concepções culturais, a complexidade das diferenciações sociais etc. Porém, pode-se considerar que algo centraliza e constitui a essência da questão dos direitos humanos: a dignidade humana racional, a existência de uma razoabilidade em torno de viver a vida, do direito à vida e da existência social a partir da tônica do ser racional. A busca por essa essência, a *dignidade humana*, constitui-se numa construção histórica, marcada por diferentes momentos em diferentes locais do mundo, nada surgiu por acaso. (BONETI, 2018, p. 19, grifos nossos).

Desta forma afirmamos que a temática da racionalidade humana e de

sua consequente dignidade se encontra presente desde que os sujeitos humanos investigam sua identidade e buscam explicar, justificar ou significar, seu ser e seu agir no mundo, seja de maneira subjetiva e singular, seja ainda de maneira conjunta ou coletiva. Buscamos apresentar, ao longo de nosso ensaio, razões e ideias, movimentos e intenções, interpretadas e alinhadas com a direcionalidade de lograr ampliar o estrito conceito de direitos humanos, como querem fazer crer algumas sistematizações acusatórias e reducionistas, identificados com prescrições jurídicas formais. Tomamos a definição criteriosa de Gallardo (2014) quando expressa peremptoriamente que:

Convém distinguir, inicialmente, entre fundamento, antecedentes e expressões (ideologizações) de direitos humanos. Os antecedentes são encontrados, a princípio e no que interessa à história ocidental, nas doutrinas filosóficas, jurídicas e religiosas que reivindicaram ou promoveram a universalidade da experiência humana. (GALLARDO, 2014, p.35)

De fato, a pesquisa em Educação, sobretudo quando ampliada pela potencialidade de aproximar do reconhecimento dos Direitos de toda pessoa exigirá, de todo pesquisador, uma clara explicitação de seus objetivos, de suas escolhas e das reais aferições de potencialidades e de possibilidades de toda sorte e expressão: históricas, políticas, epistemológicas e até mesmo subjetivas. Não há a aventada e já desmascarada neutralidade do pesquisador, como rezavam as rotas canônicas do Positivismo, de modo a buscar definir como anomalia sociológica o que, de fato, era a patente contradição de natureza política. Como vinculamos os fundamentos da Filosofia com a eclosão do reconhecimento dos basilares Direitos Humanos, referendamos que tais direitos constituem a agenda comum das pesquisas e dos encaminhamentos de transformação das estruturas da sociedade do capital em sua fase atual. A Educação em Direitos Humanos é a interface da pesquisa e da militância criteriosa e esclarecida. Duas grandes categorias nascem do trabalho de NUNES (Cesar Augusto R Nunes, 2021) inspirando que muitas outras pesquisas e investigações possam abraçar essa desafiadora atitude de integrar e de articular, com profundidade e excelência, as bases comuns e as distinções, as articulações e diferenças, entre Filosofia, Direito, Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos e Pesquisa. Vejamos

as trilhas abertas por seu fecundo e criterioso trabalho, que já nos instigam a continuar a caminhada:

(...) Duas categorias nos orientam na presente exposição do capítulo que ora iniciamos: as categorias epistemológicas estruturantes de *jus-filosofia* e de *polissemia histórica-política*. Temos o dever de anunciar ao menos as fundamentações estruturais destas duas categorias, sobre as quais buscamos justificar o primeiro capítulo desta Tese. Por *jus-filosofia* entendemos as históricas e integradas significações do discurso e das práticas de origem e de construção política e epistemológica da Filosofia, aqui tomada como uma forma de organizar o conhecimento, e suas intrínsecas relações com o reconhecimento do Direito e suas originárias representações, discursivas e positivas, desde a invenção social da ordem política, jurídica e social de Atenas (Séculos V- II a.C.), notadamente depois da criação da democracia ateniense. A Filosofia e o Direito e, portanto, as premissas *jus-filosóficas*, nasceram juntas e integradas neste contexto político e cultural. Buscaremos discorrer historicamente para fundamentar esta categoria no desenvolver de nossa exposição. Já por *polissemia histórico-política* tomamos a definição de que o sentido político, o alcance da expressão de um constructo projetual de valores, uma plataforma axiológica, tal como se constitui a expressão social de Direitos Humanos, não é estática, única, unilateral e simples. Trata-se de um conjunto pluralista, diverso e amplo, de dispositivos de natureza expressiva, jurídica, política e social, que se constituiu numa longa marcha de reconhecimento ou agregação de sentidos (daí a palavra *polissemia*, que significa *muitos sentidos*, *sentidos plurívocos*) no desenvolver das sociedades e dos tratados jurídicos e filosóficos que se constituíram nesta mesma dinâmica histórica, orgânica e politicamente determinada. (NUNES, Cesar A R 2021, p. 24)

Estas são as disposições inspiradoras de nossa exposição no ensino em questão, de modo a esperar que nasçam orgânicas exposições de estudos e de percursos investigativos sobre essas categorias históricas e filosóficas, políticas e epistemológicas, criteriosas e sólidas, na direção de superar as atuais expressões de nosso tempo e de nossas condições, sobre Direitos Humanos e suas possíveis articulações nas Ciências Humanas e Sociais, tão esvaziadas e empobrecidas.

A tragédia que estamos enfrentando – a pandemia da COVID 19 – sobreleva a responsabilidade de integração dos esclarecimentos de natureza política com as lutas e demandas dos movimentos de sobrevivência e de justiça

social. No ano de 2020 pudemos escrever um texto que buscava decifrar a origem do processo histórico-social e econômico-político que deu origem à pandemia, como um exercício de método nas Ciências Humanas e Sociais, de modo a incutir nos nossos semelhantes essa sensação de necessidade histórica, inadiável, de perguntar a Clío, a ninfa da História, os passos que precisamos dar, juntos. Afirmamos que:

A economia da sociedade moderna alterou radicalmente a realidade do mundo, do planeta. Nossas invenções e descobertas, da Revolução Industrial e Urbana (1780) para cá, já acumulando mais de duzentos anos de desenfreada agressão aos recursos naturais do mundo, sob a batuta de um antropocentrismo empirista e racionalista, na ânsia de supostamente dominar o mundo e submetê-lo ao ser humano, de produzir mais e melhor, de desentranhar todos os mistérios e de dessacralizar todas as matérias, chegou a um ponto sem volta. Máquinas hiperpotentes, inteligência artificial, satélites e miríades de recursos energéticos de toda sorte, tecnologias indiscutíveis foram grassando os campos, reduzindo os espaços da natureza primordial, expurgando os animais, extinguindo outros, ocupando tudo ao sabor das forças e dos interesses pantagruélicos do capital. Foi a avassaladora e desenfreada corrida do capitalismo racional e produtivo, movido pelo lucro e pela apropriação das forças naturais que gerou a mercadoria. E a mercadoria é a mãe da pandemia. Foi a mercadoria que cerrou as fronteiras nacionais, regurgitou as peias éticas idealizadas e tomou de assalto o mundo inteiro, o planeta todo. Foi a mercadoria que abriu rotas por mares reais e oceanos virtuais, navegando no capital especulativo e na vigilância de todos sobre todos e tudo. A mercadoria gerou a pandemia. A pandemia é filha da mercadoria. Sem entender e sem superar a civilização que tirou a harmonia do mundo não há salvação. Se a derrubada do Muro de Berlim (1989) representa simbolicamente o fim de um modelo de socialismo real, que pretendia realizar uma crítica e uma suposta superação estrutural do capitalismo, sem o conseguir, a disseminação da pandemia da COVID 19 representa, para mim, o ocaso, o crepúsculo, a agonia do modelo de capitalismo que gerou a mercadoria, e abriu todas as veias do mundo para a circulação livre de seus tentáculos. A mercadoria moldou o mundo, e gerou a filha diletta de si mesma, a pandemia. Sem campos e sem montanhas, sem águas e sem lugar o vírus estritamente animal deslocou-se da célula matricial para a célula humana, igualmente animal. Foi chamado de “novo” Coronavírus, pelas alusões a representações de pequenas coroas em seu invólucro viral. Este codinome de “novo” justifica-se, pois encontrava uma nova colônia celular nos organismos humanos. Os seus ascendentes, presentes em

aves, bovinos e suínos, eram os “velhos” Coronavírus. No dia da Parusia haveremos de entender que a pandemia foi gerada pelo consumo, pelo assalto ao mundo natural, pela hecatombe da destruição das florestas e da poluição dos rios e mares mas, sobretudo, pela geração de uma desigualdade ignominiosa no acesso e no usufruto dos bens materiais coletivamente produzidos pelo conjunto dos homens e mulheres: moradias desumanas e indignas, falta de acesso à saúde, transportes coletivos irracionais, falta de saneamento básico nas casas, recursos hídricos caros e desviados para a produção e não para o bem estar das pessoas, cidades neurotizantes de trânsitos caóticos e mortais, tudo o que costumeiramente vemos e já não sentimos. Uma minoria próspera e uma maioria desvalida. O capitalismo foi capaz de produzir riquezas incontáveis, mas é intrinsecamente incapaz de distribuir as mesmas riquezas para todos e para todas. (NUNES, Cesar in FALCINI, Mércia (org.) *Aos Que virão Depois de Nós*. Salto: Editora Fox Tablet, 2020, p. 21-22)

Essa dramática descrição não perde para a tragédia da realidade. Viana Filho (1971), com a licença somente concedida aos poetas, afirmava que “olhar nos olhos da tragédia é começar a dominá-la”. A busca de decifração das condições desumanas de produção da vida são situações-limites postas para cada tempo e sociedade.

## **PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO**

Os métodos dominantes no campo da pesquisa em educação, que fornecem as bases lógicas à investigação do fenômeno educativo em sociedade são assim definidos, tomando por consideração a definição clássica da forma de organizar o pensamento e de definir os procedimentos investigativos:

- a) o *método empírico-analítico*, de filiação positivista, expresso tanto na tradição dedutiva quanto na abordagem indutiva, até alcançar a estruturação neopositivista do processo hipotético-dedutivo. Esta modalidade de fundamentação científica foi hegemônica no alvorecer das ciências empíricas e naturais, concernentes à estruturação das

forças produtivas do capitalismo emergente, no transcorrer dos séculos XVIII e XIX, alcançando ainda notável identidade e ampla produção nos séculos XX e nessas décadas iniciais do século XXI.

- b) o *método fenomenológico-hermenêutico* (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993), que se fundamenta na consideração narrativa das experiências fenomenais de determinado processo ou objeto, direcionado para um juízo de valor ou para uma interpretação, historicista ou subjetivista. A Fenomenologia e as filosofias próximas desse referencial alcançaram elevado grau de influência em muitos pensadores e escolas de pensamento do século XIX e XX, notadamente diante da leitura crítica das grandes contradições dos respectivos séculos, particularmente expressas pela política (as grandes e mortais guerras mundiais) e o poder material de morte das ciências práticas (*napalm*, Bomba de Hiroshima, etc). Muitas dessas Filosofias inspiraram singulares Humanismos e propostas de Filosofia Humanistas de diferentes matizes e proposições.
- c) O *método crítico-dialético*, que se expressa na consideração da realidade social e histórica, de constituição cultural e política, pautado sobre uma *concepção dialética da história*. O método crítico-dialético manteve sua atuação em grande parte das produções históricas e políticas dos séculos XX e agora nos primórdios do século XXI. A distinção entre a referência ao método crítico-dialético e às produções de teorias e ações políticas de natureza histórica, seja na União Soviética de 1917, na China de 1939 ou em Cuba de 1959 continua a ser uma fundamental determinação a ser criteriosamente explicitada.
- d) O *método pós-moderno ou pós-estruturalista*, reconhecido como aquele fundamentado na crítica à teleologia histórica e à normatização racionalista clássica. Essa afirmação carrega um conflituoso dilema, pois muitas abordagens autodeclaradas pós-estruturalistas, nem todas, definem-se expressamente contra a consideração de um método, para a leitura e

intervenção na realidade. Para essas abordagens, a adoção do método implicaria num consentimento aos fundamentos ontológicos e políticos deste mesmo método, o que não configuraria a autonomia desejada para tais produções, que buscam superar a linearidade aventada, a teleologia histórica e epistemológica, bem como da potencialidade esclarecedora da própria atitude científica.

Cada uma de tais abordagens teórico-metodológicas vincula-se a uma determinada concepção epistemológica e política. Muitos autores da Filosofia afirmam que as articulações de fundamentação mais geral, de natureza ampla e de totalidade, conjoindo a visão de mundo que se situa antes e nos bastidores de tais opções teórico-metodológicas podem ser definidas como ontologias, isto é, a teoria do ser das coisas que embasa a Filosofia desde seus primórdios. Uma *ontologia* de origem e de sistematização metafísica necessariamente necessita de questionamentos; o que reconhecemos hoje é a dialética produção de uma *ontologia histórica*, isto é, definida na relação política e econômica do tempo histórico, sobre a atuação coletiva e singular do ser humano, em sociedade. Hoje se fundamenta, na Filosofia, uma necessária *ontologia do ser social*, reportando a Gyorgy Lukács (1885-1971).

De cada sincronização entre as Filosofias e suas Epistemologias com os referenciais metodológicos nascem as estruturais concepções ou abordagens da pesquisa em Educação, a saber:

- a. A **CONCEPÇÃO EPISTEMOLÓGICA POSITIVISTA** – nascida do cientificismo do século XIX, de fundamentação empirista, funcionalista, estruturalista e analítica, ainda que de base materialista. Define como características estruturantes da pesquisa a neutralidade, a previsibilidade, a pragmaticidade e a utilidade do conhecimento sobre a realidade formal e real. Uma das críticas mais acentuadas ao legado do Positivismo consiste em afirmar que, ao aproximar-se das categorias das ciências da natureza, buscando aplicá-las ao universo das ciências humanas e sociais essa visão de mundo acaba por anular a própria identidade



subjetiva e a idiossincrática identidade ativa do ser humano. Vejamos o que nos alerta Souza (2011), resumindo excelentemente a criteriosa crítica de Japiassu (1978):

Este modo de produzir conhecimento sobre o homem conduziu ao paradoxo da eliminação do próprio homem. Em busca de enquadrar-se neste modelo totalitário as ciências humanas se convertem numa língua bem-feita (métodos, quantitativos, análises estatísticas, etc.) e, ironicamente, estranha ao que é propriamente humano, deixando estas ciências, desde o seu nascimento, privadas de seu sujeito e seu objeto. Na busca de satisfazer os critérios de cientificidade das ciências naturais, as ciências humanas tornaram-se uma ciência sem homem (JAPIASSU, 1978 apud SOUZA, 2011, p. 37).

b. A **CONCEPÇÃO CRÍTICO-DIALÉTICA** - Fundamenta-se na filosofia dialética proposta por Marx-Engels, a partir de uma radical superação do idealismo de Hegel, na qual as contradições transcendem entre si, dando origem a novas contradições que passam a requerer intervenções teórico-práticas em constante movimento. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, cultural e mesmo intersubjetivo. Vejamos uma clássica citação de Sanfelice (2005):

(...) o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas sim um processo de complexos nos quais as coisas e os seus reflexos intelectuais em nossos cérebros, os conceitos, estão em mudança contínuas e ininterruptas de devir. E é essa razão pela qual a dialética marxista não está reduzida à lógica e nem mesmo a um método de investigação. (...) para Marx a dialética é a ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano. Nela, contraditoriamente, a permanência é o devir das coisas e dos conceitos refletidos no pensamento. E é necessário destacar que isso não exclui a lógica formal, mas a incorpora por superação. (SANFELICE, 2005, p. 75).

Os estudos de GAMBOA (2017) definem as categorias e as formas de apropriação e de desenvolvimento da epistemologia crítico-dialética na pesquisa

em educação no Brasil. Temos a compreensão de que o ser humano se constitui como ser natural, biológico e social, e igualmente como ser social e histórico. As ciências humanas são ciências que englobam essa dupla afirmação e integram essa ambiguidade fundante num mesmo campo. A ciência é a investigação da integração entre o homem natural e o homem social e histórico.

- c. A **CONCEPÇÃO FENOMENOLÓGICA**, preconizado por Husserl, não é categorizado como dedutivo nem indutivo. Preocupa-se com a descrição direta da experiência vivencial, tal como ela é. A realidade é construída socialmente e entendida como o compreendido, o interpretado, o comunicado. Então, a realidade não é única: existem tantas quantas forem as suas interpretações e comunicações. O sujeito/ ator é reconhecidamente importante no processo de construção do conhecimento, tornando-se o elemento fundamental da pesquisa (TRIVIÑOS, 1992). A pesquisa fenomenológica acentua a interpretação, o envolvimento reflexivo, as dimensões vivenciais e comunitárias, balizando o Historicismo, a Etnografia e outras possíveis articulações.
- d. A **CONCEPÇÃO PÓS-ESTRUTURALISTA**, fundamentada na crítica à racionalidade e à cronologia da temporalidade moderna e na deserção da teleologia ou das metanarrativas históricas ou científicas. Há diferentes nichos de autodenominação de pós-estruturalistas, pós-modernos ou pós-racionalistas. Teremos que considerar que, ao partir da negação da racionalidade moderna essas produções históricas alinham-se a um ideal que, longe de avançar para a suposta superação da Modernidade, na maioria das vezes, revitalizam categorias e conceitos pré-modernos. Gamboa (2011) nos orienta ao afirmar, pelas palavras de Eagleton (1998):

Pós-modernismo é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. [...] ela emerge da mudança histórica ocorrida no

Ocidente para uma nova forma de capitalismo – para o mundo efêmero e descentralizado da tecnologia, do consumismo e da indústria cultural, no qual as indústrias de serviços, finanças e informações triunfam sobre a produção tradicional e a política clássica de classes cede terreno a uma séria difusa de ‘políticas de identidade’” (EAGLETON, 1998, p. 7 apud SANCHEZ GAMBOA, 2011, p. 7-8).

Esta atitude, mais do que uma fundamentação metodológica, ainda que encontre relativa ressonância nas Ciências Humanas e Sociais, não contém em si uma reconhecida verve crítica e transformadora da realidade social, econômica e política em que nos encontramos condicionados. Muitas das vezes nem é o objetivo dessas produções atentar para tais considerações, o que torna ainda mais patente seu apelo conservador e idealista. De modo acentuado Chaves-Gamboa (2011) nos fundamentam no questionamento radical que mantemos constantemente sobre a implicação reducionista dos estudos pós-modernos ou pós-estruturalistas, ao considerar que:

Os pós-modernistas rejeitam o conhecimento ‘totalizante’, ‘os valores universalistas’, ‘as histórias grandiosas’, ‘as filosofias essencialistas’, ‘os determinismos econômicos e materiais’, ‘os processos históricos’, e com isso rejeitam também a ideia de ‘escrever a história’ e a possibilidade do conhecimento humano ter acesso aos processos e conexões estruturais e às análises causais. [...] os princípios mais fundamentais dos pós-modernismos caracterizam-se por ‘um ceticismo epistemológico e um derrotismo político profundo’”. (CHAVES-GAMBOA, M.; SANCHEZ GAMBOA, S. A, 2011, p. 63-64).

A necessidade imperativa de compreender as articulações entre a visão de mundo, a intencionalidade investigativa e os desdobramentos que tais definições demandarão na realidade é uma emergente questão para a pesquisa. Numa época que elegeu o elogio da crise, a proclamação do caos, a euforia do indeterminismo e o reinado da incerteza, os métodos científicos andam com seu prestígio abalado. Trata-se de tarefa fundamental compreender os pressupostos políticos que embasam as opções metodológicas, de modo a não ser incauto ou induzido a erro.

## AS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

Há etapas fundamentais para a adoção amadurecida de uma abordagem teórico-metodológica e manejo de um determinado método. Uma das etapas mais importantes de um projeto de pesquisa é a *revisão de literatura*. A revisão de literatura refere-se à busca da fundamentação teórica que o investigador deverá adotar para tratar o tema e o problema de pesquisa escolhido ou identificado. Por meio da análise da literatura já disponível e publicada, sobre aquele campo temático, cada pesquisador poderá traçar um quadro teórico e fará a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa. A revisão de literatura resultará do processo de levantamento e de análise do que já foi publicado sobre o tema e sobre as muitas dimensões do problema de pesquisa escolhido. Permitirá um mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o tema e/ou problema da pesquisa.

A revisão de literatura, em um trabalho de pesquisa, pode ser realizada com os seguintes objetivos: **determinação do “estado da arte”**: o pesquisador procura mostrar através da literatura já publicada, o que já se sabe sobre o tema, quais as lacunas existentes e onde se encontram os principais entraves teóricos ou metodológicos. Essa é a compreensão que esclarece a identidade das pesquisas nessa direção, expressas pelo estudo de Souza (2011):

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que forma e em que condições tem sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado (...). Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e o conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002 apud SOUZA, 2011, p. 57).

Já a **revisão teórica**: você insere o problema de pesquisa num quadro de categorias e de referências teóricas para explicá-lo. A **revisão empírica**:

you seek to explain how the problem is being researched from the methodological point of view, trying to answer: what are the procedures normally used in the study of this problem? What factors are affecting the results? What proposals have been made to explain or control them? What procedures are being used to analyze the results? Are there reports of maintenance and generalization of the results obtained? Do they depend on? **revisão histórica**: you seek to recover the evolution of a concept, of a theme, of an approach or of other aspects making the insertion of this evolution in a theoretical framework of reference that explains the determining factors and the implications of the changes. In the end, there is the analysis or the articulation **política** of the data, which consists in the genuine substrate of the research.

## AS VIRTUDES DA PESQUISA.

We will assume here the concept of *virtude* as a correct and adequate, as a judicious organization of a task and not in the moral or deontological sense. It is a search to inspire some practices for the clear conduct of the different stages of the investigation and of its articulations with social practice.

According to Azevedo (1998), there are some dimensions to be searched - **clareza**: the text must be written to be understood; **concisão**: the text must say the maximum in the minimum number of propositions; **correção**: the text must be written correctly, according to the grammatical rules; **encadeamento**: the sentences, the paragraphs, the parts and the chapters must be chained in a logical and harmonious way; **consistência**: the text must use the verbs in the same tenses, preferably in the active voice; **contundência**: the text must not make roundabout, and go straight to the point desired, presenting the placements in an objective and firm way; **precisão**: the text must avoid the use of ambiguous or unclear terms; **originalidade**: the text must avoid the use of phrases or clichés. It must be **autônomo** and present new ideas; **correção política**: the text must avoid the use of expressions of ethnocentric connotation or prejudicial; **fidelidade**: the text must respect

o objeto de estudo, as fontes empregadas e o leitor. Devem estar indicadas as fontes usadas para escrevê-lo. A pesquisa é fundamentada e metodologicamente construída objetivando a resolução ou o esclarecimento de um problema. O problema é o ponto de partida da pesquisa.

Na área da Educação há sempre a necessidade de uma **revisão histórica**: você busca recuperar a evolução de um conceito, de um determinado tema, de uma forma de abordagem ou de outros aspectos, fazendo a inserção dessa evolução a partir de um quadro teórico de referência que explique os fatores determinantes ou condicionantes, bem como as implicações das mudanças. Para elaborar uma revisão de literatura é recomendável que você adote a metodologia de **pesquisa bibliográfica**. A revisão de literatura/pesquisa bibliográfica contribuirá para: obter informações sobre a situação atual do tema ou do problema pesquisado; conhecer publicações existentes sobre o tema e os aspectos que já foram abordados; verificar as opiniões similares e diferentes a respeito do tema ou de aspectos relacionados ao tema ou ao problema de pesquisa. Sobre o texto Azevedo (1998, p.22) argumenta que o mesmo deverá ser escrito de modo apurado, isto é, “gramaticalmente correto, fraseologicamente claro, terminologicamente preciso e estilisticamente agradável.”

Entendemos que esse ensaio tem a finalidade de ser um roteiro inicial de preparação para a pesquisa propriamente dita. Uma espécie de leitura prévia, de avaliação cuidadosa da trilha a ser enfrentada. Desse modo, mais do que exigir uma possível clareza absoluta de todas as premissas e disposições aqui, desejamos somente despertar para o cuidado e a atenção. Contradições fazem parte da realidade. Virão sempre do mundo clivado de nosso estar no mundo, mundo do trabalho e da convivência social. Essas contradições ainda estarão presentes em nosso percurso investigativo, e estarão possivelmente presentes em nossos relatórios de pesquisas, que são históricos e socialmente produzidos. Cada um de nós é um sujeito histórico e haverá de superar esses limites dos contextos de vida e de atuação. Prevalecerá sempre a luta e os movimentos do coletivo, do comunitário, do conjunto das forças que compõem as classes sociais subalternizadas, essas que necessitam sempre esclarecer a dinâmica das forças políticas e ideológicas, para encetar seu revolucionário processo de emancipação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando acreditamos que chegamos ao fim de um percurso epistemológico ou narrativo, como o que acreditamos ter cumprido, um novo e convidativo horizonte se abre a nossos olhos. Essa metáfora é de Eduardo Galeano (1978) quando afirma que o *“horizonte existe para nos fazer caminhar até ele, de forma a superar a condição estática, mas quando o alcançamos ele se projeta adiante, de modo que sua função tem sido precisamente esta, de nos inspirar a continuar a caminhada, sem lograr efetivamente alcançá-la, dado que a função do horizonte é precisamente essa: desencadear a marcha, incitar à busca, estimular a caminhada”*. Com essa contraditória metáfora chegamos ao final dessa exposição ensaísta, e a primeira atitude que nos parece ser coerente direciona-se na afirmação da proeminência do pensamento dialético e de sua metodologia histórico-crítica. Um dos mais belos livros escritos sobre a condição humana, nós o consideramos um dos três mais belos tratados de educação da humanidade, assinado por Jaeger (2013), assim escrevera:

O caráter da dialética só se pode determinar se for relacionado com os demais tipos de saber humano. Há várias maneiras de abordar metodicamente o problema, quando se quer chegar a compreender as coisas e a sua essência. [...] A dialética é a ciência que “revoga” as premissas de todos os demais tipos do saber e dirige lentamente para o alto os olhos da alma, mergulhados nos pântanos da barbárie, para o que se serve das matemáticas como instrumento auxiliar. [...] o saber conferido pela dialética é tão superior ao “saber” matemático, quanto ao conteúdo do Ser, como as coisas reais do mundo visível o são quanto as suas sombras ou imagens refletidas [...] o dialético é o homem que compreende a essência de cada coisa e sabe dar conta dela. [...] A verdadeira força dessa paideia que ensina a perguntar e a responder cientificamente é o perfeito estado de vigilância que se instala na consciência (JAEGER, 2013, p. 920-921).

A convocação que Jaeger nos faz, com a força vibrante de suas palavras, renova-se nessa contraditória época em que estamos envolvidos. Nada mais importante do que desvendar as culturas que desumanizam e que apontam para a extinção da condição humana, para amplas e reais maiorias, voltadas para a



morte, para a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais estruturais, que contribuem para a manutenção de um sistema produtivista e social perverso e incapaz de sustentar a dignidade humana; portanto, intrinsecamente incapaz de gerar condições de produção de verdades históricas para os sujeitos humanos em totalidade. Somente na criteriosa superação do modo de produção histórico e político, econômico e social, prefigurada no capitalismo, em suas faces atuais, teremos o horizonte de salvaguardar as esperanças de um novo mundo, uma nova sociedade e uma nova possibilidade de vivência e de efetivação da pesquisa em Educação. É o que nos aconselha o Professor Severino (2019), destacando o papel da Educação:

Com efeito, a finalidade última do processo educativo é exatamente o de atuar sistematicamente com vistas à plena realização do humano nos indivíduos que constituem a espécie. A educação se tornou uma mediação objetiva necessária uma vez que os indivíduos não nascem “prontos e completos” em nossa espécie, ao contrário do que ocorre nas outras espécies de seres vivos. Como já se costuma dizer correntemente, o homem não nasce homem, ele precisa tornar-se homem. E isso, obviamente já vai ocorrendo com a própria vivência dos indivíduos em seus grupos socioculturais. Mas à medida em que a vida social foi ganhando complexidade, ela passou a exigir que esse objetivo fosse buscado de forma intencional e sistemática, donde a iniciativa de criação de procedimentos e mediações institucionais de educação. A razão de ser da educação tanto sob sua dinâmica informal como sob sua forma institucional é ser prática mediadora da humanização, o que vem a significar a transformação dos indivíduos naturais em pessoas culturais. (SEVERINO, A. J. 2019, p. 43)

A tarefa de gerar as condições históricas de esclarecimento e as formas políticas de organização dessa nova ordem do mundo e das coisas envolve pesquisadores e líderes sociais, integra bandeiras e demandas, na totalidade da compreensão do que precisa ser feito e de quais seriam as melhores condições de fazer o que necessariamente precisa ser feito. Nesse momento ressalta-se o papel da pesquisa em Ciências da Educação, como uma pauta comum e universal, como uma ética universal do Direitos Humanos, como uma nova estética da condição humana e social, como a integração do mundo da natureza com as potencialidades emancipatórias da produção social.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR: informação e documentação – trabalhos acadêmicos - apresentação**. Rio de Janeiro, 2019.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.

BONETI, Lindomar Wessler. Panorama histórico dos Direitos Humanos no Mundo. *In* SILVEIRA, André; BONETI, Lindomar; SCHIO, Murillo; BLEY, Regina (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: história, epistemologia e práticas pedagógicas**. Ponta Grossa-PG: UEPG, 2019.

CHAVES-GAMBOA, M.; SANCHEZ GAMBOA, S. A. (Orgs.). **Teorias e pesquisas em educação: os pós-modernismos**. Maceió: EDUFAL, 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

FALCINI, Mércia (org.) **Aos Que virão Depois de Nós**. Salto: Editora Fox Tablet, 2020.

FAZENDA, Ivani (Org) **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1998.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *IN: Metodologia da pesquisa educacional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O que é o método científico**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HAVELOCK, Eric. **Prefácio a Platão**. Campinas: Papyrus, 1996.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Odorico Mendes. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

HESÍODO. **O Trabalho e os Dias**. Tradução de Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1991.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

NUNES, Cesar A. **Platão e a Dialética entre a Filosofia do Amor e o Amor à Filosofia**. Campinas: Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. **Aprendendo Filosofia**. Campinas: Editora Papyrus, 33ª Ed., 2013.

NUNES, Cesar A & POLLI, José Renato (Orgs.) **Educação, Humanização e Cidadania: fundamentos éticos e práticas políticas para uma pedagogia humanizadora**. 2ª Edição, Campinas: Editora Brasília & Jundiaí: Editora In House, 2019.

NUNES, Cesar Augusto Ribeiro. **Educação em Direitos Humanos no Brasil: Os fundamentos jus-filosóficos dominantes e as práticas jurídico-pedagógicas humanizadoras**. Tese de Doutorado UNESA, Rio de Janeiro, 2021.

NUNES, Cesar Augusto Ribeiro & POLLI, José Renato (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: uma perspectiva crítica**. Campinas: Editora Brasília & Jundiaí: Editora Fibra e Edições Brasil, 2019.

NUNES, Cesar Augusto Ribeiro & GOMES, Catarina. (Orgs.) **Direitos Humanos, Educação e Democracia**. Campinas: Editora Brasília & Jundiaí: Editora In House, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz. **Tratado de Metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

OLIVEIRA, J. S. de. **A paideia grega: a formação omnilateral em Platão e Aristóteles**. 2015. Tese (Doutorado), Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, 2015.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia e Educação na Idade Média e na**

**Modernidade.** São Paulo: Loyola, 2021.

SANCHEZ GAMBOA, S. A. **Epistemologia da pesquisa em educação.** 1998. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.

\_\_\_\_\_. **Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas.** Chapecó: Argos, 2013.

SANFELICE, J. L. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (orgs.). **Marxismo e Educação: debates contemporâneos.** Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, J. P. M. de. **Epistemologia da educação física: análise da produção científica do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da UNICAMP (1991-2008).** 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1992.

TOYNBEE, Arnold. **Helenismo: história de uma civilização.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego.** Tradução de Ísis Borges Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.